

FORMAÇÃO DE LEITORES: CAMINHOS E DESCAMINHOS DE POLÍTICAS PÚBLICAS DE FOMENTO À LEITURA

READER EDUCATION: PATHS AND TRAILS OF PUBLIC POLICIES TO PROMOTE READING

Samara Gabriela Leal França¹

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-3890-7292>

samarafranca@usp.br

Resumo: Para se compreender o impacto das políticas públicas atinentes ao fomento da leitura no país, bem como para a questão do apagamento do sujeito leitor dentro delas nas últimas décadas, faz-se necessária uma análise diacrônica, no sentido de se observar um pouco a linha histórica e as mudanças pelas quais elas passaram. Assim, este artigo objetiva analisar, criticamente, alguns dos principais programas de fomento à leitura, no período de 1984 a 2020, em âmbito nacional. A perspectiva que dá base à pesquisa indica que o cerceamento de medidas e políticas em prol do livro e da leitura revela interesses daqueles que estão no poder (FOUCAULT, 1996). A pesquisa ampara-se, ainda, nos paradigmas de análise da situação atual das ações governamentais relacionadas à leitura e à promoção do livro desenvolvidos por Castilho (2021). O aporte teórico baseia-se em Soares (2012), Chartier (2014), Yunes (1994,2012), dentre outros. Os resultados demonstram a emergência de políticas que incentivem em larga escala as atividades de leitura, assim como a necessidade de ter como foco a formação continuada dos docentes e discentes, estando tais projetos mais próximos ao chão da escola, bibliotecas comunitárias e outros espaços coletivos de promoção à leitura.

Palavras-chave: Formação de leitores; Políticas públicas; Fomento à leitura.

Abstract: To understand the impact of public policies related to the promotion of reading in the country, as well as the question of the erasure of the reader in recent decades, a diachronic analysis is necessary, in order to observe the historical line and the changes they have undergone. Thus, this article aims to critically analyze some of the main programs to promote reading, from 1984 to 2020, at the national level. The perspective on which the research is based indicates that the restriction of measures and policies in favor of books and reading reveals the interests of those in power (FOUCAULT, 1996). The research is also based on the paradigms for analyzing the current situation of governmental actions related to reading and book promotion developed by Castilho (2021). The theoretical background is based on Soares (2012), Chartier (2014), Yunes (1994,2012), among others. The results show the emergence of policies that encourage large-scale reading activities, as well as the need to focus on the continued training of teachers and students, with such projects closer to the school floor, community libraries and other collective spaces for the promotion of reading.

Keywords: Reader education; Public policies; Reading promotion.

¹ Mestre em Letras pela Faculdade de Filosofia, Letras, Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (USP) e Doutoranda em Filologia e Língua Portuguesa pela mesma instituição. É Diretora da Prefeitura Municipal de Estiva Gerbi e professora de Ensino Fundamental II - LP e LE - E.E "Padre Geraldo Lourenço".

INTRODUÇÃO

A partir de uma análise realizada à 5ª edição da pesquisa *Retratos da Leitura no Brasil*, promovida pelo Instituto Pró Livro (IPL) e pelo Itaú Cultural, em 2019, depreende-se uma disparidade acentuada com relação ao número de leitores do país, comparando-se à penúltima e à última pesquisas realizadas. Enquanto na penúltima, – de 2011 a 2015 – o país ganhava 16,6 milhões de leitores, na última – de 2015 a 2019 – o Brasil perdia 4,6 milhões de leitores.

Tais dados negativos são atestados, ainda, por outras avaliações e pesquisas. Resultados do Programa Internacional de Avaliação de Alunos (PISA), divulgados também em 2019, demonstraram que o Brasil é classificado na 57ª posição no quesito leitura (BRASIL, 2019b). A avaliação é realizada com adolescentes de quinze anos, ou seja, em idade escolar da etapa final do Ensino Fundamental II ou início do Ensino Médio, a depender da relação idade/série.

Ainda com base no desempenho dos estudantes em todas as edições do PISA, um estudo realizado pelo Banco Mundial *World Development Report*, em 2018, estima que o Brasil pode demorar duzentos e sessenta anos para alcançar o nível educacional de países desenvolvidos em leitura.

Com base nesses dados, é possível depreender que as políticas públicas são fundamentais para a promoção da leitura e para a formação de jovens leitores no país. Os documentos demonstram, por exemplo, que a Coreia do Sul e a Nova Zelândia são países que implantaram programas para diminuir o impacto da desigualdade educacional com base em reformas e novas políticas e, por consequência, conseguiram melhorar o desempenho em leitura dos coreanos e neozelandeses.

Assim é que, procurando compreender o impacto das políticas públicas na formação de leitores, este artigo traça uma análise diacrônica de alguns dos principais programas de fomento à leitura no Brasil, com foco nos fatores de fracasso e sucesso, buscando compreender, ainda, o enfoque que tais políticas recebem hoje, bem como as lacunas que elas evidenciam.

Para isso, o artigo está organizado da seguinte maneira: uma introdução, seguida de uma análise documental contextualizada das políticas públicas das décadas de 80 e 90 na primeira seção, e, na segunda, a reflexão sobre como elas vêm sendo tratadas hoje em dia (CASTILHO, 2021), bem como a sua relação com os dados acima evidenciados. Por fim, serão tecidas as considerações finais, a partir dos resultados obtidos com a pesquisa.

UM OLHAR DESCRITIVO E CRÍTICO SOBRE ALGUMAS DAS PRINCIPAIS AÇÕES E PROGRAMAS NACIONAIS NAS DÉCADAS DE 80 E 90

Embora as primeiras ações de fomento à leitura no Brasil remontem à década de 1930, com a criação do Ministério da Educação e Saúde Pública, os programas ganharam força, de maneira mais significativa, a partir de 1980, ainda em contexto de ditadura Militar (1964-1985).

Dentro desse panorama, irrompem-se os programas de leitura elencados abaixo:

- Programa Nacional Sala de Leitura (PNSL) – 1984 a 1987
- Programa Nacional de Incentivo à Leitura (Proler) – 1992
- O Pró-leitura na Formação do Professor – 1992 a 1996
- Programa Nacional Biblioteca do Professor – 1994 a 1997

- Programa Nacional Biblioteca da Escola (PNBE) – 1997 a 2017

O primeiro deles, em vigor durante três anos, tinha como objetivo compor e enviar acervos às escolas, assim como a disponibilização de recursos financeiros para que se adequassem as salas de leituras desses ambientes. Nesse sentido, tanto os alunos como os professores eram contemplados com livros e periódicos para pesquisas e construção de conhecimento.

A iniciativa desse programa foi da Fundação de Assistência ao Estudante (FAE) e seu desenvolvimento procedeu-se em colaboração com as Secretarias Estaduais de Educação e com Universidades que tinham por incumbência a formação de professores. Com uma distância temporal de mais de 34 anos, se for considerado o ano de criação do programa, torna-se difícil avaliar o impacto de tal ação na formação dos leitores ou professores, uma vez que muitos deles podem não estar mais na sala de aula. Entretanto, é possível encontrar, ainda, muitos desses materiais enviados, nos acervos que compõem as salas de leitura das escolas.

Embora com uma curta durabilidade, a partir daquilo a que se propôs o programa, pode-se afirmar que foi uma importante iniciativa, sendo que, com o fim de sua existência, houve uma lacuna de cinco anos sem que fosse vislumbrada uma nova política de fomento à leitura.

Apenas na década de 1990, novas proposições foram elaboradas, sendo esse período muito profícuo, se forem considerados os programas implantados. Em 1992, por exemplo, instituiu-se, através do decreto nº 519 de 13 de maio de 1992, o Programa Nacional de Incentivo à Leitura (PROLER), fomentado pela Fundação Biblioteca Nacional, órgão do Ministério da Cultura, cuja concepção era:

[...] ser um programa que busca contemplar a variedade e a diversidade das práticas brasileira de promoção da leitura em todo o país, refletindo inúmeros anos de experiência e de estudo dos profissionais que atuam na área. O projeto é, pois, uma proposta articulada dos múltiplos parceiros que, em âmbito nacional, desenvolvem ações de leitura em diferentes locais do Brasil. (PROLER, 1998, p. 8)

Dentre as ações do PROLER, destacam-se as de: i) promover o interesse nacional pela leitura e pela escrita, considerando a sua importância para o fortalecimento da cidadania; ii) promover políticas públicas que garantam o acesso ao livro e à leitura, contribuindo para a formulação de uma Política Nacional de Leitura; iii) articular ações de incentivo à leitura entre diversos setores da sociedade; iv) viabilizar a realização de pesquisas sobre livro, leitura e escrita; e iv) incrementar o Centro de Referência sobre leitura.

Apesar de essas diretrizes e ações do PROLER assinalarem para a atuação da formação de leitores, bem como para dos promotores de leitura, a execução desses movimentos parece ocorrer de maneira morosa ou não significativa; o enfoque maior do programa, de maneira similar aos que o antecederam e sucederam, foi a democratização de material de leitura para bibliotecas escolares ou públicas. Yunes (2012), uma das idealizadoras do PROLER, atribui a longevidade do projeto e o seu paradoxal baixo impacto a questões políticas que o atravancam. Nos termos da autora, “O Brasil é mestre em jogar fora a criança com a água do banho”. (YUNES, 2012 apud PEREIRA; PINTO NETO, 2015).

Ainda que o programa se estenda até a década de 2020, não se percebe, na prática, um diálogo do PROLER, seja com as práticas educativas, seja com iniciativas que promovam a

leitura. Sabe-se que o programa existe em diferentes estados brasileiros com Comitês em diversas regiões do Brasil. Mas, as pesquisas indicam ações tímidas de incentivo à leitura e que, como permite inferir a perspectiva de Yunes (2012), não possui governabilidade, isto é, sem estímulo, se abandona o processo em busca de novas ações.

Concomitante ao PROLER, idealizou-se, ainda em 1992, a partir de um Programa de Cooperação Educacional entre o Brasil e a França, o *Projeto Pró-leitura na Formação do Professor*. No *Documento-Base de Orientação do Projeto*, observa-se que a iniciativa se consolida com a coadjuvação de várias frentes: Secretaria de Educação Fundamental do Ministério da Educação (MEC), em parceria com as Secretarias de Educação dos Estados, as Universidades e o Departamento de Cooperação Linguística e Educativa do Serviço Cultural da Embaixada da França, em Brasília (BRASIL, 1996). Infere-se, nesse sentido, a meta do projeto, que era:

[...] ampliar as competências e atuações dos alunos em leitura para torná-los leitores. Dentro desta perspectiva, o objetivo principal é melhorar a formação dos professores, essencialmente na área da aprendizagem da leitura, o que implica uma renovação tanto da formação inicial quanto da formação continuada, tanto da formação teórica quanto da formação prática. O Pró-Leitura visa, portanto, a profissionalização dos professores, aliando pesquisa universitária, formação docente e prática pedagógica. (BRASIL, 1996, p.13)

Assim é que se atesta a importância de tal projeto por dois motivos: primeiro pelo favorecimento da formação docente, normalmente deixada em segundo plano e sem articulação no país, e, segundo, por entrever estratégias de implantação e elaboração do projeto, implementação, expansão, definição dos atores de elaboração com a distribuição de seus papéis e atividades. Entretanto, o tempo de vigência do projeto foi muito curto, durando apenas quatro anos.

Ainda em benefício da formação de professores, em específico das séries iniciais do Ensino Fundamental, em 1994, foi criado o Programa Nacional Biblioteca do Professor, que durou até 1997. Com um projeto interventivo em uma dupla movimentação, a saber, a aquisição e distribuição de acervos bibliográficos e a elaboração e difusão de materiais destinados à capacitação dos docentes, o programa não durou muito tempo e seu fim foi concretizado com a incorporação do Programa Nacional Biblioteca da Escola (PNBE).

Embora com várias transições e ações governamentais sobre ele, instituído através da Portaria 652 de 16 de setembro de 1997, o PNBE manteve-se ativo por vinte anos, quando foi extinto em 2017. O programa movimentou recursos volumosos e se fez presente em mais de 400 mil escolas em todo o Brasil (PAIVA; BERENBLUM, 2009). Alguns aspectos de sua trajetória são ilustrados no Quadro 1:

Quadro 1 - Transições do PNBE

2001	No governo de Fernando Henrique Cardoso, os acervos do PNBE não são mais distribuídos às bibliotecas escolares, mas sim aos alunos, instituindo-se o <i>PNBE - Literatura em Minha Casa</i> , que tinha como foco a distribuição de cinco livros de gêneros diversificados para alunos da 4ª série das escolas públicas.
2003/2004	Nesse ano, acontece uma ampliação da distribuição, alcançando o número de oito milhões de coleções entregues a alunos da 4ª a 8ª série e para Formandos dos Cursos da Educação de Jovens e Adultos.
2004	No governo de Luís Inácio Lula da Silva, o foco do programa passa a ser, novamente, as bibliotecas escolares, sendo extinto o projeto <i>Literatura em Minha Casa</i> .

Fonte: Elaboração da autora com base em dados (BRASIL, 2008)

O propósito da última modificação do PNBE, em 2004, era “[...] a retomada da valorização desse espaço, a biblioteca, como promotor da universalização do conhecimento e, também, da universalização do acesso a acervos pelo coletivo da escola” (PAIVA *et al.*, 2008, p.8).

Independente das boas motivações do programa para se garantir oportunidades de diminuir a distância entre os livros e os docentes/discentes, várias pesquisas, inclusive acadêmicas, buscaram evidenciar a forma como as escolas, professores, estudantes, gestores e comunidade percebiam e se relacionavam de modo incipiente com o projeto.

Uma delas, por exemplo, foi uma pesquisa de campo, realizada pelo MEC em 2008, que tinha como foco uma avaliação diagnóstica do PNBE. O estudo foi realizado em cento e noventa e seis escolas² com educadores (professores/gestores) e estudantes de sete a quatorze anos e apontou algumas evidências. Primeiramente, atestou, apesar dos acervos enviados, a carência de livros de literatura e seus usos, assim como uma dificuldade exacerbada em leitura e escrita presentes em todas as escolas participantes da pesquisa.

Associado a essa precariedade, observou-se que, das escolas pesquisadas, poucas possuíam ambiente de leitura com um bibliotecário ou agente responsável pela formação de leitores. Na maior parte do campo pesquisado, não havia espaço físico para que se idealizasse uma biblioteca, ou, se existia esse espaço, era utilizado para outros fins, como depósito, por exemplo. Nesse sentido, muitas bibliotecas escolares permaneciam fechadas sem uma pessoa capacitada para tomar conta desse espaço tão essencial à formação leitora. Algumas, inclusive, possuíam acervos do PNBE encaixotados, sem uso pela comunidade escolar. Nesse sentido, impregnava-se a concepção do livro como algo sagrado e que devia ser protegido, impossibilitando, muitas vezes, o acesso aos livros tanto por professores quanto por alunos, que obtinham a informação de que as obras não estariam disponíveis para empréstimo e/ou utilização.

Outra questão importante é de que alguns participantes da pesquisa, sobretudo educadores, não tinham desenvolvido a “[...] compreensão acurada do papel e das finalidades sociais das bibliotecas no interior das escolas, descolados de enfoques didáticos, simplistas e alienadores” (BRASIL,2008, p.124). Outros desconheciam sua existência e até mesmo a política pública do PNBE.

Um dos desafios mais recorrente apontado pela pesquisa é a formação continuada dos professores. “Registraram-se insistentes e renovadas sugestões de inclusão de eventos de formação específica para a utilização adequada dos acervos do PNBE em uma política de estímulo à leitura e de formação de leitores” (BRASIL,2008, p.124). O paradoxo foi perceptível: “[...] profissionais não-leitores serem responsáveis pela formação de leitores, nas escolas públicas de estados e municípios pesquisados” (BRASIL, 2008, p.125).

Com base nas informações coletadas pelo MEC, o Programa tinha tudo para realizar as adequações e melhorias e se tornar uma referência em política pública de fomento à leitura no país, entretanto, como já referido, o PNBE teve sua extinção decretada em 2017, sendo que o último acervo disponível no portal do Ministério de Educação e Cultura data em 2013.

² Das 196 escolas, 100 eram estaduais e 96 municipais; 102 escolas localizavam-se nas capitais e 94 delas nos demais municípios num raio de até 100 km.

Frente à análise dessas evidências e à percepção crítica dos programas observados, três vertentes se destacam: a) infere-se que, apesar do objetivo das políticas de fomento à leitura, qual seja: “[...] promover o acesso à cultura e o incentivo à leitura nos alunos e professores por meio da distribuição de acervos de obras de literatura, de pesquisa e de referência”, apenas a distribuição dos acervos – desvinculada da formação continuada de professores, um dos principais agentes dentro desse contexto, e demais atores da comunidade escolar, como os gestores, pais e, sobretudo, a formação dos próprios alunos – não será o bastante para que se avance na formação de leitores no Brasil; b) embora com várias iniciativas e programas que foram aqui analisados, eles não foram suficientes para suprir a carência do país no segmento da leitura, sobretudo da população de baixa renda, exigindo, assim, iniciativas que modifiquem essa realidade; c) torna-se nítida a descontinuidade das políticas públicas que foram implantadas para promover a leitura no Brasil, o que impacta de forma direta nos números tão negativos dos leitores em idade escolar e no trabalho das escolas, que ficam à margem sem o incentivo de programas que coloquem a temática da formação de leitores em pauta.

O QUE DIZEM AS AÇÕES E PROGRAMAS NACIONAIS A PARTIR DO ANO 2000?

Na seção anterior, buscou-se analisar as políticas públicas de fomento à leitura até o final da década de 1990. Buscar-se-á, nesta seção, elaborar um panorama que ajude compreender a incidência das tomadas de decisões sobre a leitura e o livro, a partir do ano 2000.

Para Castilho (2021), nos anos de 2006 a 2016 foram construídas estratégias solidificadas para fazer com que o direito à leitura se tornasse uma “Política de Estado, permanente, supragovernamental e suprapartidária” (CASTILHO, 2021, n.p). Tais ações foram elaboradas democraticamente, com a participação de diversos representantes da sociedade – cadeias relacionadas à leitura, aos educadores, aos bibliotecários, às universidades, aos especialistas em livro e leitura, às organizações da sociedade, às empresas públicas e privadas, aos governos estaduais, às prefeituras e demais interessados – e, com base em incontáveis reuniões, que resultaram no Plano Nacional do Livro e da Leitura (PNLL).

O PNLL, ação liderada pelo Governo Federal, por intermédio do Ministério da Cultura (MinC) e do MEC, consolidou diretrizes básicas que buscavam garantir “[...] a democratização do acesso ao livro, o fomento e a valorização da leitura e o fortalecimento da cadeia produtiva do livro como fator relevante para o incremento da produção intelectual e o desenvolvimento da economia nacional” (SNBP, n.p)³.

Dentro desse contexto, no período que compreende de 2005 a 2006, quando as reuniões e ações se intensificaram, ainda nos termos de Castilho (2021), o Estado, representado pelo governo, mais ouviu do que determinou, promovendo, nesse sentido, a pluralidade de concepções pedagógicas. Assim, o PNLL colaborou, fundamentalmente, para um momento profícuo de investimentos em formação leitora, sendo que, de 2008 a 2010, a média de investimentos para a promoção do livro e da leitura foi calculada em 95 milhões de reais (MinC).

Soma-se a essas ações, o fomento a políticas públicas que se intensificaram por todo o país em larga escala, atividades de leitura, de modo geral, e, experiências literárias, de modo

³ Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas. Disponível em: <http://snbp.cultura.gov.br/pnll/> Acesso em: 05/08/2021.

específico, por iniciativa da sociedade civil. Assim, tornaram-se substancialmente visíveis os festivais, as feiras, os saraus, os encontros de bibliotecas comunitárias e os projetos de escolas públicas com foco em experiências de leitura, conforme evidenciam as edições do Prêmio *Vivaleitura* – o prêmio incentiva a leitura em espaços escolares, bibliotecas, instituições, entidades e residências, tendo sua primeira edição em 2006. Essa iniciativa foi coordenada pela Organização dos Estados Ibero-Americanos (OEI) com patrocínio da Fundação Santillana, da Espanha, correspondendo, ainda, como uma das ações PNLL.⁴

Por essas razões é que se pode justificar um bom momento para a formação de leitores no país, com base, principalmente, em duas evidências: a primeira, como já aludido, é o fato do Brasil ter ganhado 16,6 milhões de leitores, conforme evidencia a 4ª Edição da pesquisa *Retratos da Leitura no Brasil em 2015*; a segunda é o resultado da edição 2012 do PISA, divulgado em 2013, que destaca a terceira maior evolução dos alunos brasileiros no desempenho global, com uma média de 410 pontos em leitura.

Apesar do bom momento para as políticas públicas de fomento à leitura no período evidenciado, ele não é duradouro, conforme evidencia Castilho (2021). E, a partir de 2016, assiste-se, no campo político, ao impedimento de governabilidade da presidente eleita, Dilma Rousseff, instaurando-se “[...] a instabilidade política e o início” de uma “[...] radical mudança de prioridades, avessas aos direitos sociais conquistados”, que acabam por retardar ou mesmo anular qualquer avanço para a formação de leitores. (CASTILHO, 2021)

A perspectiva pública vigente, na verdade, suprime políticas democráticas e inclusivas que culminam em retrocessos civilizatórios. O desmonte é evidenciado pelo autor em ações que ocorrem em dois períodos, de acordo com o que se elenca nos Quadros 2 e 3:

Quadro 2 – Momento de 2016 a 2018

- Extinção e recriação do MinC;
- Diretoria do Livro e Leitura retorna rebaixada como Departamento;
- MinC não executa nenhum programa relevante de fomento à leitura;
- PNLL fica meses sem Secretaria Executiva. Aceitando o árduo desafio, Renata Costa (RJ), então Coordenadora do Sistema de Bibliotecas do Estado e com longa estrada no mercado livreiro e editorial, tem uma gestão de dois anos totalmente sem suportes políticos ou materiais do Executivo. Por isso, se volta para o legislativo, para que o projeto de lei (PNLE – 13.696/2018) se concretizasse o quanto antes;
- Junto com a sociedade civil, o PNLL obtém a única conquista importante no período, a Lei da PNLE – nº 13.696/2018 de 13 de julho de 2018.

Fonte: Castilho, 2021. *Ciclo de Debates sobre a Retratos da Leitura*⁵

⁴ Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/component/tags/tag/vivaleitura> . Acesso em: 09/08/2021.

⁵ Disponível em: <http://plataforma.prolivro.org.br/blog-details.php?id=18504> Acesso em: 09/08/2021.

- Extinção do MinC;
- Notória desqualificação das atividades culturais;
- Departamento do Livro e da Leitura acéfalo até há alguns dias atrás;
- Secretaria Executiva do PNLL sem responsável e seu Conselho Deliberativo extinto em julho de 2019. Não há política pública;
- MEC, utilizado como máquina de guerra ideológica, se paralisa;
- Inexistem iniciativas de fomento à leitura. Há alguns dias surgiu o primeiro programa do MEC, forjado com experiências do exterior, distante do Brasil e sem nenhuma referência ao PNLL e à Lei da PNLE;
- Negam implementar a Lei da PNLE – 13.696/2018 que determina novo PNLL decenal.

Fonte: Castilho, 2021. *Ciclo de Debates sobre a Retratos da Leitura*⁶

Dos indícios acima, destaca-se, ainda, a Lei nº 13.696, sancionada em 13 de julho de 2018 “[...] que tem como estratégia a promoção do livro, da leitura, da escrita, da literatura e das bibliotecas de acesso público no Brasil” (SNBP, n.p). A Lei institucionaliza a responsabilidade do Estado na construção e revisão permanentes de planos que são focados no setor do livro, da leitura e das bibliotecas, como por exemplo, a revisão decenal do PNLL. Para Castilho (2021), essa foi uma das únicas conquistas para o fomento da leitura, desde 2016.

Salienta-se, também, o programa *Conta pra mim*⁷, sobre o qual se refletem muitas críticas, não apenas as do autor. Lançado em 2019, pela Secretaria de Alfabetização do MEC, como ação do Plano Nacional de Alfabetização (PNA), o programa foi implantado sem qualquer diálogo com a sociedade civil, o que de acordo com Ramalhe (2020) infringe “[...] o princípio constitucional do pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas” (MORTATTI, 2019a, 2019b/ RAMALHETE, 2020), previstas, sobretudo, no PNLL.

A ação é toda fundamentada por conceitos e práticas de *Literacia Familiar*, definida como:

[...] conjunto de práticas e experiências relacionadas com a linguagem oral, a leitura e a escrita, que as crianças vivenciam com seus pais ou responsáveis. [...]

Literacia Familiar é se envolver na educação dos filhos, curtindo momentos especiais de afeto, carinho e diversão em família, brincando com livros e palavras (BRASIL, 2019a, p. 13)

Para além da escolha conceitual de um termo aportuguesado que resulta de *literacy*, os princípios do programa apontam para a perspectiva do ato de ler por prazer e deleite, muito defendida também pela Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Nesse sentido, vislumbra-se uma proposição despolitizada e acrítica de um ensino sistematizado das práticas de leitura.

Ademais, ao reivindicar o espaço do lar como lugar de formação e os pais/responsáveis como agentes formadores de leitura, esvazia-se a função da escola e dos professores e desvincula-se a obrigação do Estado para com a Educação Básica. Assim é que o programa

⁶ Disponível em: <http://plataforma.prolivro.org.br/blog-details.php?id=18504> Acesso em: 09/08/2021.

⁷ Disponível em: <http://alfabetizacao.mec.gov.br/contapramim> Acesso em: 09/08/2021.

substitui um processo de ensino-aprendizagem sistematizado de formação de leitores por uma coleção de “orientações e dicas simples e diretas” para que os pais/responsáveis comecem “[...] o quanto antes a colocar em prática estratégias de interação”, conforme definido no próprio portal do *Conta para mim*.

Reconhece-se a importância da família no processo de formação de leitores, mas o contexto socioeconômico do país aponta para uma realidade diferente da idealizada no programa. O ensino remoto, exigido pelo contexto pandêmico, é uma evidência de que a educação domiciliar em que as crianças são educadas em casa, distantes da escola, não funciona e acaba por aumentar as desigualdades de aprendizagem e sociais, que já são grandes no Brasil. Muitos desses pais possuem uma carga exaustiva de trabalho, o que lhes impede de ter tempo para esses momentos de “leitura recreativa” propostos pelo programa. Assim, as instituições formais (escolas) e profissionais competentes e formados são essenciais. Castilho (2021) critica, ainda, a má qualidade dos materiais *on-line* de leitura propostos pelo *Conta para mim*, uma vez que são elaborados em uma visão que vai contra a autoria e demais pressupostos defendidos pelo PNLL.

Além de todos os descaminhos apontados por Castilho (2021), mais os que foram expostos, apresenta-se, ainda, um último, que está em pauta em muitas discussões atuais e que tem, inclusive, movimentado campanhas no país: a taxa de livros como proposta de reforma tributária.

A ausência de imposto sobre o livro é um incentivo para o mercado editorial, previsto desde a Constituição de 1988, que define no Art.150: “Sem prejuízo de outras garantias asseguradas ao contribuinte, é vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e os Municípios: VI instituir imposto sobre: [...] d) livros, jornais, periódicos e o papel destinado à sua impressão” (BRASIL, 1988, n.p). Entretanto, tal tarifação vem sendo discutida e “[...] com isso, as vendas de livros no Brasil estariam sujeitas à alíquota prevista de 12%. Consequentemente, o valor das obras para o consumidor final se tornaria mais alto” (MATOS, 2020, n.p). Seria outra ação que poderia colaborar com o aumento da desigualdade de acesso ao livro e ao conhecimento. Com fortes movimentações e campanhas pelos diferentes segmentos da sociedade civil contra essa ação, a pauta da taxa de livros encontra-se, felizmente, estacionada.

Frente às marcas de destituições de programas sociais emancipatórios, é inegável a relação dessas ações aos resultados negativos, já discutidos na introdução, relacionados ao nível de leitura no país.

Como afirma Castilho (2021), esses retratos demonstram a exclusão da sociedade a direitos fundamentais de uma formação global, leitora, crítica e de cidadania plena, proporcionados pela Cultura e pela Educação. Como já aludido, um país tão grande em dimensão é também gigante nas desigualdades sociais, o que privilegia aqueles que estão no poder. Para o autor, o Brasil é dividido, ainda, de um lado por “número de não leitores e analfabetos absolutos e funcionais”, marginalizados por terem negado seu direito à leitura, por outro, por uma camada favorecida pela situação proeminente que possuem. Infelizmente, aqueles são a maioria.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Colocar em discussão a história das políticas públicas brasileiras de fomento à leitura traz evidências de que muitas ações são abandonadas sem que se aprenda nada com elas. Tal descontinuidade alinha-se a uma analogia sobre Cristóvão Colombo atribuída a Michel Robert “quando ele partiu, não sabia para onde ia. Quando chegou, não sabia onde estava. Quando voltou, não sabia dizer onde esteve.”

Nesse sentido, percebe-se que os programas são calcados em perspectivas governamentais e não como uma política de Estado e, assim, não se aprende com os sucessos e fracassos de políticas anteriores, não havendo, muitas vezes, sequer tempo suficiente para que se verifique, fielmente, os impactos de tais ações na formação de leitores antes de que elas sejam extintas. As proposições de Soares (2002, p.43) articulam-se a essa evidência quando o autor observa que tais rupturas são constantes nas mudanças de gestão e que elas já estão arraigadas nas estruturas político-administrativas do país. Ele assinala que se percebe a ausência de uma verdadeira política de leitura. E, quando há, conforme se buscou comprovar, elas são negligenciadas, que é o caso da Lei PNLE nº 13.696/2018, que ainda não foi colocada em prática.

Dessa forma, constata-se que, mesmo as ações desarticuladas das políticas públicas de leitura, representam uma política. “Isto quer dizer que tal forma de conduzir uma política, de maneira desarticulada, isolada, caracteriza também um ato político: o de não-formação de leitores” (SOARES, 2002, p. 43). Esse indicativo permite refletir que o cerceamento de ações estratégicas e articuladas de promoção da leitura, revela interesses daqueles que estão no poder (FOUCAULT, 1996), pois o controle do acesso à cultura e ao conhecimento representa um poderoso instrumento de manipulação, principalmente, sobre as camadas menos privilegiadas.

Outra percepção, a partir da análise diacrônica das políticas públicas de fomento à leitura, refere-se ao fato de que apenas a distribuição de acervos – foco da maioria das políticas analisadas – não é suficiente para formarmos leitores críticos e proficientes. Para Chartier (2014), transformar a maneira como a sociedade se relaciona com o ato de ler é algo vagaroso. Dessa maneira, para incutir novas práticas e hábitos, é preciso tempo. Tal processo não é possível se as raízes dos programas não forem fortificadas por um plano supragovernamental.

A esse respeito, Yunes (apud MAGALHÃES, 1994) ressalta que “[...] não adianta fazer campanha dizendo que é bom ler, distribuir livros, se não há o hábito de leitura no Brasil”. Essas campanhas, baseadas no que a autora denomina “*happenings*”, só faz sentido em países que já consolidaram as práticas de leitura, o que não é o caso do Brasil. Nesse sentido, observa-se serem emergentes ações que revertam o apagamento do sujeito leitor, bem como sua formação, o que estão diretamente ligados à formação dos agentes envolvidos com esses sujeitos, em sua maioria, os professores.

A partir da pesquisa realizada, observou-se, também, a ausência de estudos atuais que analisam criticamente as ações governamentais que incidem sobre a leitura no país. Tal evidência sugere a necessidade de novos olhares sobre as políticas públicas, observando, também, as condições em que elas vêm sendo realizadas, isto é, como são articuladas na prática, no contexto das bibliotecas comunitárias, das escolas e de outros espaços coletivos. Somente

enfrentando as revelações que decorrem desses estudos é que poderemos melhorar a situação atual da leitura do país que, como defendido, não é proffícuca.

Nessa perspectiva, sobretudo frente aos desmontes de políticas públicas de fomento à leitura observados nos últimos anos, torna-se imperativa uma política pública que dê voz e prioridade não somente à distribuição de acervos, mas à formação docente (e demais agentes de formação leitora, como bibliotecários) e discente, mas que seja pensada, ao mesmo tempo, em larga e diferente escala, dada a dimensão e a diversidade territorial e cultural do Brasil, conforme se discutiu. Sem tais ações, o retrocesso civilizatório, como se defendeu, será ainda maior.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. **Projeto Pró-Leitura na Formação do Professor**. - Brasília: MEC/SEF, 1996.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 05 de outubro de 1988. Diário Oficial da União, 05 out. 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm Acesso em: 10/08/2021.

BRASIL. Ministério da Educação. **Programa Nacional Biblioteca da Escola (PNBE)**: leitura e bibliotecas nas escolas públicas brasileiras / Secretaria de Educação Básica, Coordenação-Geral de Materiais Didáticos; elaboração Andréa Berenblum e Jane Paiva. -Brasília: Ministério da Educação, 2008.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Alfabetização. **Conta pra Mim**: guia de literacia familiar. - Brasília: MEC, SEALF, 2019a.

BRASIL. **PISA 2018**. Relatório Nacional. Brasília, DF: INEP/MEC, 2019b.

CASTILHO, J. M. N. **O que revela a série histórica da Retratos sobre as Políticas públicas do Livro e Leitura no Brasil**. PLATAFORMA PRÓ-LIVRO: Ciclo de debates da Retratos da Leitura, 2021. Disponível em: <http://plataforma.prolivro.org.br/blog-details.php?id=18504> Acesso em: 09/08/2021.

CHARTIER, R. **A mão do autor e a mente do editor**. Traduzido por George Schlesinger. São Paulo: UNESP, 2014.

FOUCAULT, M. **A ordem do discurso**. Traduzido por Laura Fraga de Almeida Sampaio. São Paulo: Loyola, 1996.

INSTITUTO PRÓ-LIVRO. **Retratos da Leitura no Brasil**. 4. ed. São Paulo, 2016.

INSTITUTO PRÓ-LIVRO. **Retratos da Leitura no Brasil**. 5. ed. São Paulo, 2020.

MAGALHÃES, M. Biblioteca Nacional quer seduzir leitores. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 1994. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/1994/1/02/mais!/17.html> Acesso em: 10/08/2021.

MATOS, T. Taxação de livros: como proposta de reforma tributária pode encarecer obras. **G1**, 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/pop-arte/noticia/2020/08/11/taxacao-de-livros-como-proposta-de-reforma-tributaria-pode-encarecer-obras.ghtml>. Acesso em: 10/08/2021.

PAIVA, J.; BERENBLUM, A. Programa Nacional Biblioteca na Escola (PNBE): uma avaliação diagnóstica. **Pro-Posições**, Campinas, v. 20, n. 1 (58), p. 173-188, jan./abr. de 2009. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-73072009000100010&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 4/8/2010.

PAIVA, A. *et al.* **Literatura na infância**: imagens e palavras. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica; Belo Horizonte: UFMG, Centro de Alfabetização, Leitura e Escrita, 2008.

PEREIRA, R. B.; PINTO NETO, P. C. Páginas fechadas, à espera de leitores. **Leitura: Teoria & Prática**, Campinas, São Paulo, v.33, n.64, p.49-63, 2015.

PROLER. **PROLER**: concepções e diretrizes. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 2009. Disponível em: <http://www.bn.br/proler/images/PDF/cursos3.pdf>. Acesso em: 26/07/2021.

RAMALHETE, M. P. O retrocesso empurra a porta: a literatura infantil e o programa *Conta pra mim*. **Revista do Centro de Letras e Comunicação**, Pelotas, n.38, p.151-167, set./dez.2020.

SNBP – Sistema Nacional de bibliotecas Públicas. **Plano Nacional do Livro e Leitura** (PNLL). Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/component/tags/tag/vivaleitura>. Acesso em: 09/08/2021.

SOARES, I. C. G. **Programas Nacionais de Leitura no Brasil**: o PROLER e o PRÒLeitura (1995-2000). Dissertação (Mestrado em Educação) - UFMG/FaE, Belo Horizonte, 2002.

YUNES, E. **20 anos do Programa Nacional...**, entrevista realizada pelo blog Acesso em 15 de maio de 2012 por ocasião das atividades comemorativas dos 20 anos do Programa. Disponível em: <http://www.blogacesso.com.br/?p=4953>. Acesso em: 23/11/2018.